

O ESTADO NOVO E AS CLASSES TRABALHADORAS: O FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA AFETIVA NA CONSTITUIÇÃO DOS IMAGINÁRIOS DE TRABALHO (1938)

SANTIAGO BRETANHA²; ARACY GRAÇA ERNST³

¹Universidade Federal de Pelotas – santiagobretanha@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – aracyep@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na perspectiva materialista, o trabalho (prática econômica) e o discurso (prática ideológica), enquanto formas particulares de prática social, guardam um mesmo caráter: tratam-se de processos de transformação, seja da natureza, seja da racionalidade dos homens e das formas como, imaginariamente, se relacionam com suas condições reais de existência. Se com Pêcheux ([1975] 2014) aprendemos que não há prática idêntica a si mesma, e com Althusser ([1963] 1979) que as distintas práticas sociais configuram um todo complexo com dominante, chegamos à constatação de que as implicações entre discurso (ideologia) e trabalho em AD são múltiplas e dissimétricas, estando, ainda, “nos vislumbres teóricos penetrando a obscuridade” (PÊCHEUX, [1975], 2014, p. 138).

Margeando os (des)limites entre discurso e trabalho em AD, e reconhecendo que a noção de imaginário se configura como *Fio de Ariadne* nesta tarefa, uma vez que mobilizado por autoras que se ocuparam do mesmo problema (TORRES LIMA, 1990; SILVA, 2012), o presente trabalho constrói-se sobre o objetivo geral de analisar as imagens de trabalho e de trabalhador no discurso político, especificamente nos discursos governamentais (re)produzidos no Estado Novo. Em delimitação, pautados, principalmente, no conceito de imaginário (PÊCHEUX, [1969] 2014) e em seus desdobramentos em AD, assumimos como escopo aquelas representações consolidadas na emergência do capitalismo competitivo no Brasil (FERNANDES, 2006 [1974]), período histórico no qual, compreendemos, o discurso governamental é representativo da ideologia dominante e, grosso modo, constitui-se como o primeiro momento em que o capitalismo se torna estruturalmente hegemônico no país.

2. METODOLOGIA

Marcado pelo Estado de Compromisso (ROWLAND, 1974), o recorte anteriormente exposto leva-nos ao *corpus*: o pronunciamento de 1º de maio de 1938 de Getúlio Vargas, então ditador do regime novo estadista, referentes ao Dia do Trabalhador e endereçados aos trabalhadores brasileiros. Proferidos no Estádio São Januário diante de grande massa popular e difundidos via rádio, os documentos, hoje, estão sob curadoria da Biblioteca da Presidência da República.

Em razão do imbricamento entre funcionamento linguístico e funcionamento discursivo, à dessuperficialização do *corpus*, chegamos ao delineamento de sequências *discursivas de referência* (SDR). Segundo Courtine (2009, p. 55), as SDR podem ser entendidas como sequências verbais maiores que a frase que representam um recorte temático no *corpus*, o que resulta em recortes representativos do discurso em análise. Na visão do autor, a partir da configuração de SDR, pode-se chegar ao funcionamento das posições-sujeito, das formações

imaginárias e das formações discursivas que determinam os processos discursivos, assim como ao funcionamento próprio da ideologia.

Com base nesses princípios, e assumindo como parâmetro as formas sintáticas clivadas básicas (porque mais recorrentes no Português) de tipo “é X que P” e seus consequentes funcionamentos discursivos, chegamos à configuração de uma SDR, representativa do *corpus* em análise, delimitada do pronunciamento de 1º de maio de 1938 (VARGAS, [1938] 2021):

SDR1P38 – Confiamos em V. Exa!

É esta uma afirmativa feliz, que ecoou bem no meu coração.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Traçados os princípios teórico-analíticos que sustentam nosso gesto de leitura, é-nos possível adentrar às análises da SDR1. Faz-se, antes, necessário que recuperemos alguns fatos históricos que constituem suas Condições de Produção. No ano anterior (1937), diante da iminência da *Intentona Comunista* e da ameaça integralista, Vargas e seus correligionários dão um golpe de Estado no âmbito do Governo Provisório e suspendem a Constituinte. Em maio desse ano Luis Carlos Prestes é condenado pelo crime de deserção. Em junho, é fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE) e, em novembro, Vargas outorga a quarta constituição brasileira. Em dezembro, assina o decreto-lei que põe fim a todos os partidos políticos. Realizado no Palácio Guanabara, foi o primeiro referente ao Dia do Trabalhador e, sumariamente, versa sobre a Legislação Social.

No discurso do ditador, em primeira instância, o interlocutor (os trabalhadores) é interpelado por meio do uso de interrogações, como em “Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho!” (VARGAS, [1938] 2021, s/p). Entretanto, a interrogação, como pista de reversibilidade, não se constitui como tal, uma vez que os trabalhadores não tomam a palavra. Ao revés, são-lhes atribuídas palavras; o ditador responde em seu lugar. Assim, o discurso opera a partir de um *semblante* de reversibilidade que se instaura como evidência. Fundamentalmente, o discurso é autoritário, e os saberes são agenciados pelo domínio do mesmo.

Na cena que se monta, um operário é chamado ao microfone e diz: “Confiamos em V. Exa.”. Ao fazê-lo, um dos efeitos de sentidos que ressoa é o de que esse fala como porta-voz dos demais trabalhadores e, portanto, os *trabalhadores confiam no governante*. Entendendo que o verbo “confiar” integra o mesmo eixo parafrástico de “acreditar”, depreende-se que seus sentidos orbitam as acepções de “depositar fé”, “depositar crença”. Em uma relação paternalista, o ditador é imaginado como depositário da fé dos trabalhadores e da sua dignidade.

A imagem de trabalho enquanto meio para a dignificação do trabalhador opera a partir da mobilização de saberes oriundos da memória discursiva e que guardam relações com a acepção cristã de dignidade. Ainda que difundida pelos textos judaicos do Antigo Testamento, e reafirmada pelos Evangelhos, a *dignidade* ganha espessura na modernidade através das Encíclicas do Papa Leão XIII. Diante do acirramento da luta de classes na Europa, o Sumo Pontífice arbitra sobre as atitudes dos sacerdotes e da comunidade cristã em relação às condições de existência dos operários. Na carta *Rerum Novarum* (das Mudanças Políticas), de 15 de maio de 1891, a dignidade é vista como atrelada a virtudes e méritos que facultam ao trabalhador a obtenção da *recompensa da eterna felicidade*. Na lógica

católica, cabe ao Estado garantir a dignidade do trabalhador, ao mesmo tempo em que concilia embates entre o proletariado e as patronais e arbitra pela manutenção da racionalidade econômica. Os saberes sobre a dignidade, oriundos do campo religioso, irrompem no discurso do ditador através da atualização desses saberes na formulação; atrelados, portanto, à ordem da memória.

Na leitura de Silva (2012), a memória opera como um espaço que concatena enunciados já-ditos em processos discursivos outros filiados a certas formações discursivas. Pautada em Le Goff, a autora (2012) propõe que a memória é, simultaneamente, um fenômeno social e psíquico/individual e, por tanto, articula essas duas instâncias determinantes do sujeito. A memória discursiva em AD é histórica, simbólica e afetiva (SILVA, 2012).

A esta última dimensão, até então, pouco desenvolvida nos estudos discursivos, Silva (2012) dedicará especial atenção, desenvolvendo-a por duas razões. O primeiro fato ao qual a autora se atém é o de que “a inscrição dos já-ditos na linearidade não é determinada exclusivamente pela formação discursiva dominante; o sujeito é constituído por uma gama de sentimentos e é desejante, logo, estabelece uma relação ativa” no seio de um dado domínio de práticas (SILVA, 2012, p. 49). A segunda razão exposta pela autora é a de que os acontecimentos históricos se inscrevem na memória imbricados aos afetos que suscitam. Em nossa visão, chegamos ao ponto em que os afetos interessam à Análise de Discurso: não são abordados por uma via psicologizante, mas sim materialista, no instante em que o discurso (re)produz imaginariamente efeitos de afeição historicizados e imbricados ao funcionamento da memória.

O afeto de felicidade, atualizado no/pelo discurso do ditador, pode ser compreendido como intento de constituição de uma imagem carismática do governante e dignificadora das maquinarias estatais, eixos articuladores do Estado de Compromisso. A noção de carisma aponta para os discursos religiosos e populares. Conforme o Papa Bento XVI, no *Compendio do Catecismo da Igreja Católica*, os carismas são vistos como “dons do Espírito Santo”, “são dons especiais do Espírito, concedidos a alguém para o bem dos homens, para as necessidades do mundo e, em particular, para a edificação da Igreja” (2005, questão n.º 160, s/p). Por outro lado, ordinariamente, o ‘carisma’ também designa a característica daquele que “exerce influência e admiração”, marcada, fundamentalmente, pelo empreendimento de “gerar simpatia e de agradar a todos”. Sob essas duas ordens, o *imaginário de si* constituído no/pelo discurso do ditador pende entre (i) o de *herdeiro dos dons do Espírito para o bem dos homens* e (ii) o de *sujeito que encarna influência e admiração, que a todos apraz*.

Neste ponto de vista, podemos depreender possíveis efeitos de sentido decorrentes do tema discursivo instaurado pelas construções de clivagem, como marcado na SDR1P38. A topicalização coloca em destaque a afirmativa do “representante” do operariado, de que “confiamos” (nós, os trabalhadores) no ditador; soma-se à sua clivagem a predicação “feliz” e “que ecoou bem no meu coração”. Os modificadores “feliz” e “bem” conformam-se como excessos que visam mobilizar efeitos de “reconhecimento”, das palavras dos trabalhadores pelo ditador, e de “felicidade”, instaurada pela “confiança” no governante.

4. CONCLUSÕES

No pronunciamento de 1938, o afeto de *dignidade*, correlato aos de orgulho e de exaltação, de apreço de si, sobressai-se. Pelo avesso a perspectiva de Ansart (2002, p. 15) sobre a humilhação, para quem “ser humilhado é ser atacado em sua

interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua autoimagem, é não ser respeitado”, a dignidade seria a exaltação do sujeito em sua intimidade, o tamponamento das feridas do seu amor próprio, a exaltação da sua autoimagem. É índice do respeito do qual é depositário, em última razão. A memória da dignidade irrompe no discurso governamental como “moeda de troca” no discurso da mão estendida do ditador aos trabalhadores. Se, para Abramo (1999, p. 44-46), no campo das greves dos metalúrgicos de 1983, é possível pensar as condições de trabalho, “exaustivas” e “humilhantes” como “subjetivamente vividas”, e lembradas como motor do retorno das lutas trabalhistas pós 64, as condições de dignidade do trabalho (e do trabalhador), também subjetivamente vividas pelo operariado, funcionam como matriz a partir da qual o Estado de Compromisso se engendra, constituindo-se como mecanismo do aparelhamento das forças produtivas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. [1963]. Sobre a dialética materialista: da desigualdade das origens. In: ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Tradução de Dirceu Lindoso, revisão de Paulo de Melo Jorge Filho. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 140-193.
- ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- ANSART, P. Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal? (1820-1848). In: SEIXAS, J. et al. (Org.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 199-215.
- BENTO, XVI. **Compêndio do Catecismo da Igreja católica**. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. Roma: 1891. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- PÊCHEUX, M. [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. [1969]. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b. p. 59-158.
- ROWLAND, R. Classe operária e estado de compromisso. **Estudos cebrap**, v. 8, p. 5-40, 1974.
- SILVA, R. S. da. **Tempo na Análise de Discurso: implicações no imaginário de trabalhador da CUT**. Curitiba: Editora CRV, 2012.
- TORRES LIMA, M. E. A. **A Construção Discursiva do Povo Brasileiro: Os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- VARGAS, G. **Pronunciamento público de 1º de maio de 1938**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/07.pdf/view>>. Acesso em: 10 jul. 2021.